

Desafios da Gestão de Resíduos Sólidos no Brasil e o impasse no financiamento dos serviços de limpeza urbana

Frente Nacional de Prefeitos – 2016



Apresentação inclui dados da ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos

ANAMMA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE

Marco legal

- Lei 12.305, de agosto de 2010
 - Decreto 7.404, de setembro de 2010
→ legislação de **Resíduos Sólidos**
-
- Lei 11.445, de janeiro de 2007
 - Decreto 7.217, de setembro de 2010
→ legislação do **Saneamento Básico**: estabelece conteúdo mínimo dos PMGIRS e possibilidade de incorporação nos PMSB

PANORAMA ATUAL



- 41,6% do lixo tem destino inadequado (2014)

→ cerca de 30 milhões de ton./ano das
78 milhões de ton. geradas

→ **ABRELPE:**

Geração total – 79,9 milhões ton./ano

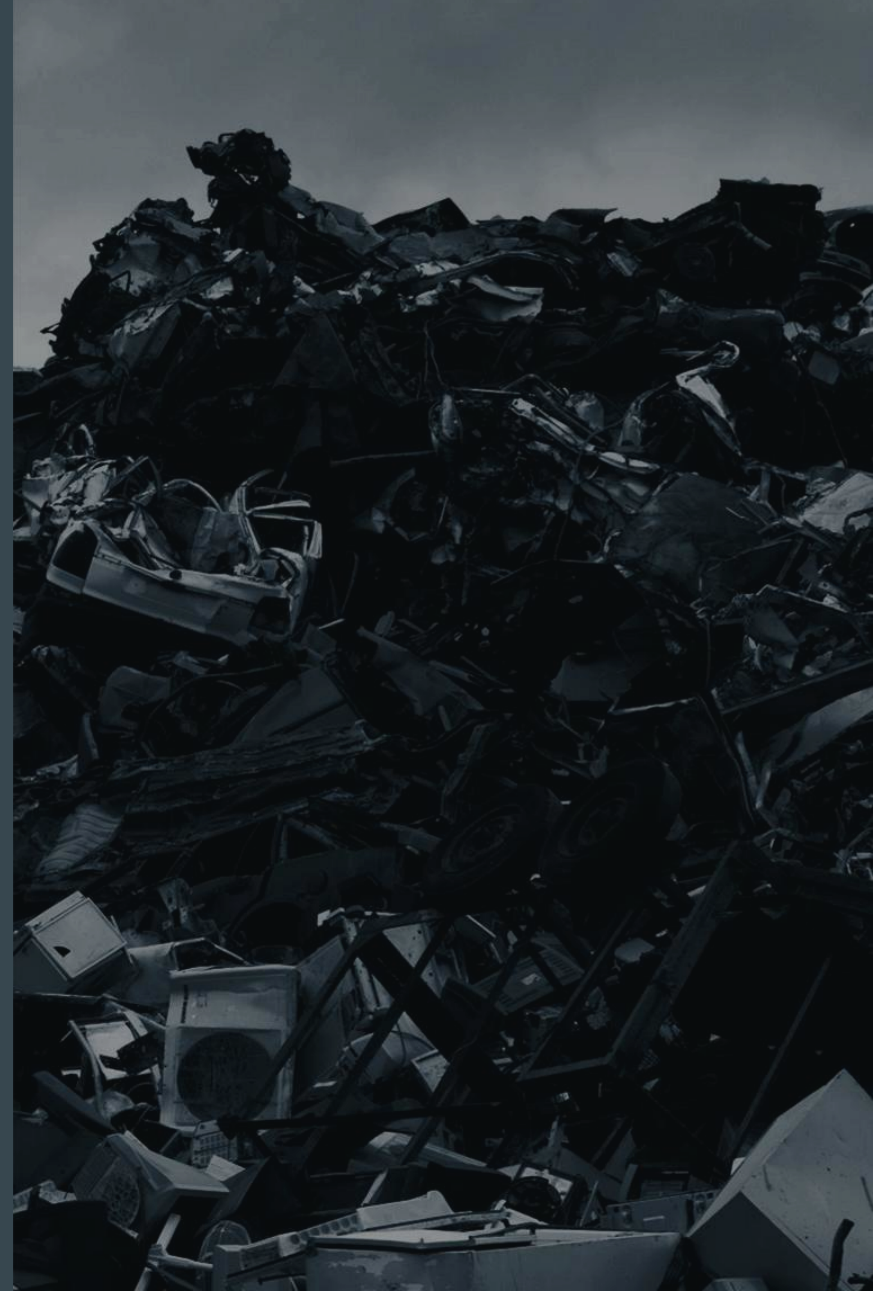
Coleta total: 72,5 ton./ano



- 58,4% vão para aterros sanitários (2014)

→ 57,6% em 2010

- De 2003 a 2014:
 - população **cresceu 6%**
 - resíduos sólidos **aumentaram 29%**
- Geração média per capita/dia:
 - 1,06 kg/hab./dia (2014)



- 1559 dos 5569 municípios têm lixões
- Na América Latina:
 - 50% dos resíduos vão para lixões, rios e riachos



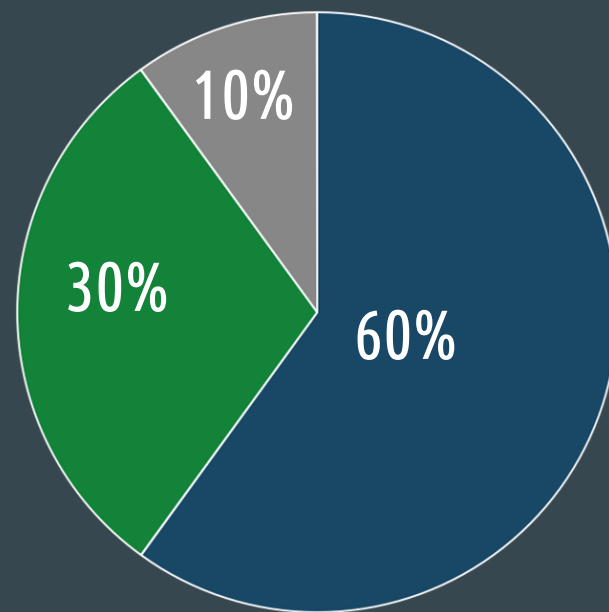
- Gasta-se apenas **R\$ 10,15 por hab/mês** para custear limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (ABRELPE)

- Resíduos no Brasil:

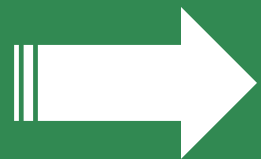
60% material orgânico

30% reciclável

10% rejeitos que irão para aterros



- **65% dos municípios** têm iniciativas de coleta seletiva
 - mas **apenas 3,1%** dos resíduos sólidos são coletados seletivamente (SNIS, 2012)
- **Menos de 1%** das cidades fazem compostagem
 - **42% dos municípios** elaboraram Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos (PMGIRS)
 - equivalente a 52% da população (MMA 2015)



OS PRINCIPAIS COMANDOS DA PNRS

Prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos:

→ não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, nesta ordem.

Redução no volume de Resíduos

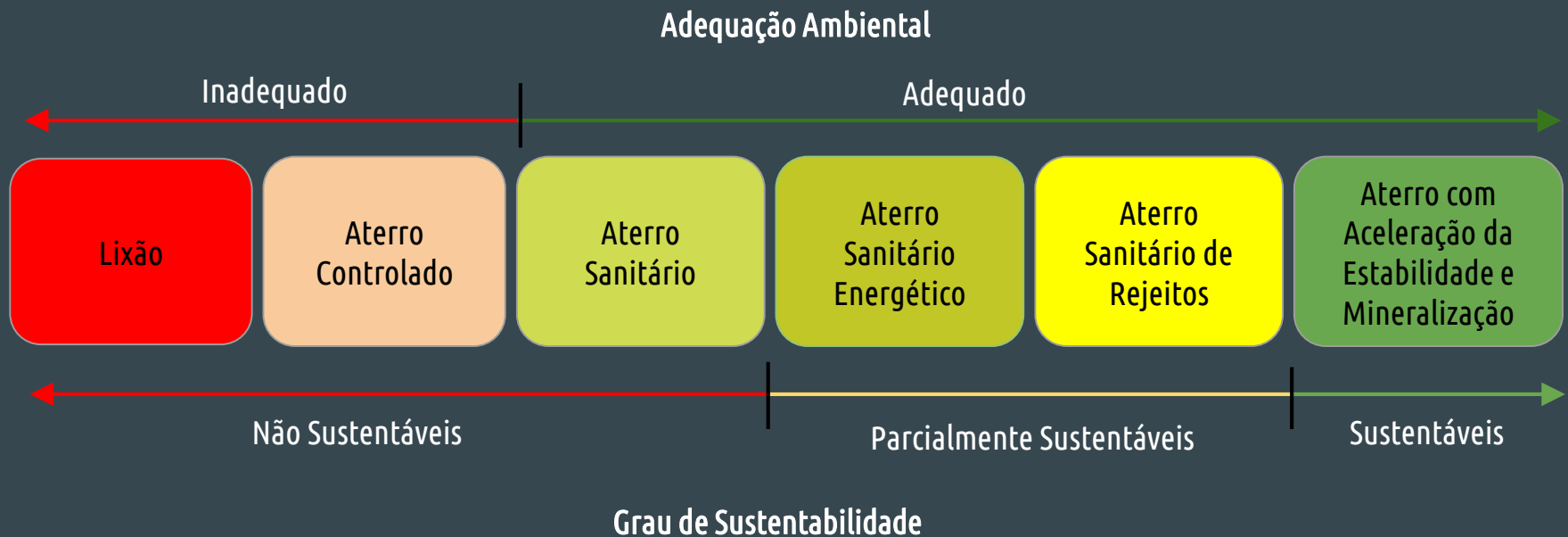
Ampliação da Reciclagem

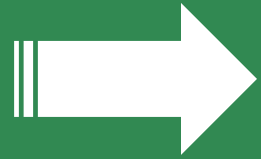
Ampliação da Coleta Seletiva com inclusão social de catadores

OS PRINCIPAIS COMANDOS DA PNRS

→ Disposição Final Ambientalmente Adequada de Rejeitos

→ Impermeabilização, tratamento de chorume e aproveitamento /queima de gás metano





NOVOS PARADIGMAS

- **Responsabilidade compartilhada = TODOS**

→ cidadãos + gestores + empresas

- **Logística Reversa**

→ quem fabrica é responsável pelo destino final

↳ participação de consumidores/ distribuidores/ fabricantes

→ envolve os chamados Acordos Setoriais

↳ MMA e Órgãos Gestores Estaduais

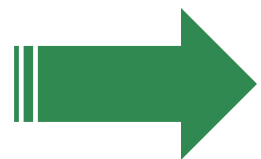
Já assinados:

- Embalagens de óleos
- Lubrificantes
- Lâmpadas
- Embalagens em geral
→ plásticos, metais, papelão e vidro

Ainda discutem acordos:

- Eletroeletrônicos
- Medicamentos





PNRS: PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA PNRS (2014)

PL 2289/2015 – Aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados:

- Prazo até 31/07/2018: para capitais e regiões metropolitanas
- Prazo até 31/07/2019: cidades com mais de 100 mil habitantes.
- Prazo até 31/07/2020: cidades entre 50 e 100 mil habitantes.
- Prazo até 31/07/2021: cidades com menos de 50 mil habitantes.

→ Hoje os gestores estão sujeitos a ação civil pública por improbidade e crime ambiental (disposição final ambientalmente inadequada).

➔ Dificuldades e gargalos sob a visão dos municípios

- **Logística Reversa**

- municípios hoje arcam com parte dos custos
- não estão sendo ouvidos nos acordos setoriais
- estão sendo/serão questionados pelo Ministério Público

- **Visão paternalista ideológica**

- impede viabilização e sustentabilidade de cooperativas de catadores, dificultando inclusão social
- outros entraves:
 - ↳ carência de infraestrutura básica
 - ↳ falta de apoio técnico
 - ↳ remuneração por serviços prestados



➔ Dificuldades e gargalos sob a visão dos municípios

- Municípios sem **capacitação técnica**

→ necessidade de profissionais habilitados para o correto planejamento e assessoramento para tomada de decisões, assim como para a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

- Soluções exigem **escala**

→ pequenos municípios devem se associar em **consórcios**

↳ fragmentação político-partidária excessiva e descontinuidade administrativa impedem soluções cooperadas entre municípios

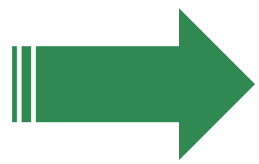
↳ dificuldade em definir alternativas locais para a disposição final



➔ Dificuldades e gargalos sob a visão dos municípios

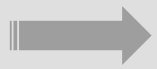
- PNRS
 - atraso no **Planejamento e Implementação** em âmbito municipal
 - **pressão política** para escapar das punições.
- **Interesses econômicos e políticos** atrasam tomada de decisões
- Prefeitos bombardeados pelos mais diversos vendedores de alternativas termológicas
 - nem sempre aplicáveis a realidade do país





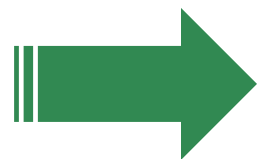
Dificuldades e gargalos sob a visão dos municípios

- O Impasse do Financiamento



Subfinanciamento e inadimplência

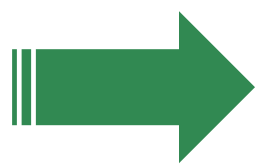
- O **Pacto Federativo** e o subfinanciamento dos municípios
 - concentração de receitas e transferência de atribuições sem contrapartidas
- Serviços de coleta, limpeza pública e destinação com “**tarifas/taxas subsidiadas**”, sem sustentabilidade financeira
 - população ainda pobre para financiar as soluções
 - ↳ cobrança já recorrente em países desenvolvidos
 - soluções são caras e exigem investimentos



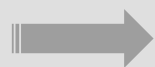
Panorama internacional de financiamento

PAÍS	COBERTURA (população)	VALOS (USD/MÊS)	FORMA DE COBRANÇA	
Argentina	99%	5,45	68% IPTU	28% conta
Bolivia	72%	3,80	96% energia	4% conta
Chile	94%	8,65	58% IPTU	42% conta
Colombia	85,5%	5,74	35% energia	65% água
Costa Rica	100%	3,50	32% IPTU	68% conta
Equador	97%	5,97	76% energia	16% conta
Paraguai	96%	3,44	15% IPTU	81% conta
BRASIL	52%	3,10	80% IPTU	16% água

Fonte: ABRELPE



Dificuldades e gargalos sob a visão dos municípios - O Impasse do Financiamento



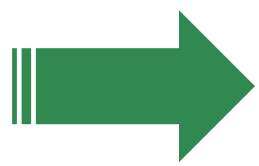
Custos com o meio ambiente

	2010	2011	2012	2013	2014
RESÍDUOS EM LIXÕES (t/ano)	26.863.705	27.247.653	27.804.684	28.830.255	29.659.170
MENOR CUSTO AMBIENTAL (US\$ 10/ ton)	\$268.637.051	\$272.476.526	\$278.046.844	\$288.302.550	\$296.591.700
MAIOR CUSTO AMBIENTAL (US\$ 20/ton)	\$537.274.102	\$544.953.052	\$556.093.688	\$576.605.100	\$593.183.400

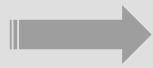
Fonte: Saúde Desperdiçada, ISWA, outubro/2015

Custo Total 2010/2014 = entre US\$ 1,4 e 2,8 bilhões

**Custo Total do Impacto Ambiental
de 2016/2021 = US\$ 7,3 bilhões**



Dificuldades e gargalos sob a visão dos municípios - O Impasse do Financiamento



Custos com a saúde

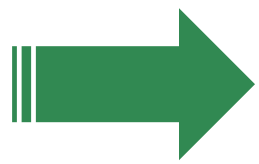
	2010	2011	2012	2013	2014
POPULAÇÃO AFETADA	71.944.469	72.336.340	73.459.226	75.876.081	76.514.124
CUSTO DO ATENDIMENTO MÉDICO	\$359.722.345	\$361.681.701	\$367.296.131	\$379.380.403	\$382.570.621

Fonte: Saúde Desperdiçada, ISWA, outubro/2015

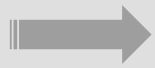
Custo Total 2010/2014 = US\$ 1,85 bilhões

Custo Anual 2016/2021 = US\$ 420 milhões

**Custo Total com atendimento à Saúde
de 2016/2021 = US\$ 2,5 bilhões**



Dificuldades e gargalos sob a visão dos municípios - O Impasse do Financiamento



Custos com o meio ambiente e a saúde (2016 a 2021)

Custo do Impacto Ambiental
de 2016/2021 = US\$ 7,3 bilhões

+

Custo com atendimento à Saúde
de 2016/2021 = US\$ 2,5 bilhões

US\$ 9,8 bilhões = R\$ 34 bilhões



Inadimplência das Prefeituras com as empresas de serviços de limpeza urbana

- **Limpeza Urbana à beira de um colapso por falta de pagamentos**

→ Inadimplência das Prefeituras atinge 7,56 bilhões

→ Já são 9 mil demissões (5% do setor)

→ Previsão de 30 mil demissões (15% do setor)





Dívida das prefeituras com o setor de limpeza urbana deve fechar o ano em R\$ 10 bilhões

- Inadimplência atinge 100% das empresas e em média 36% dos valores contratados;
- Até 2 gestões para voltarmos a adimplência
- **Ponto Central: não há sistema adequado de remuneração/financiamento destes serviços no Brasil**
- 75% das empresas já suspenderam em parte os Serviços
- esta situação ameaça a **SAÚDE PÚBLICA (Epidemias de dengue)** e o **MEIO AMBIENTE.**



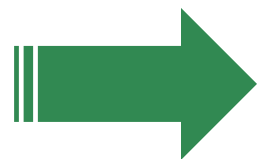


Algumas soluções

Financiamento segundo a ABRELPE:

R\$35-38 domicílio/mês

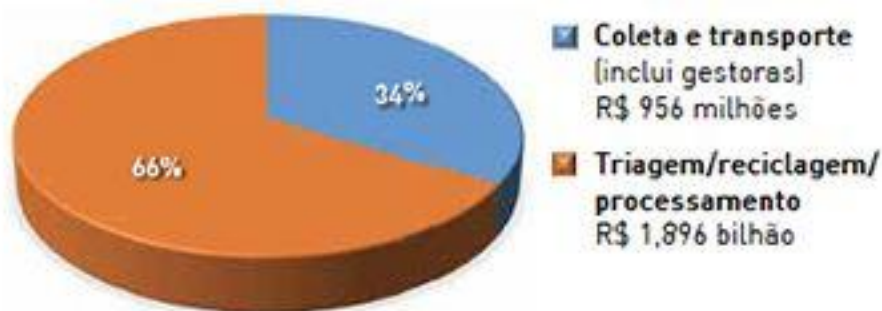
- + possibilidade de tarifa social,
- + isenções por reciclagem e compostagem
- + incentivos para práticas mais sustentáveis



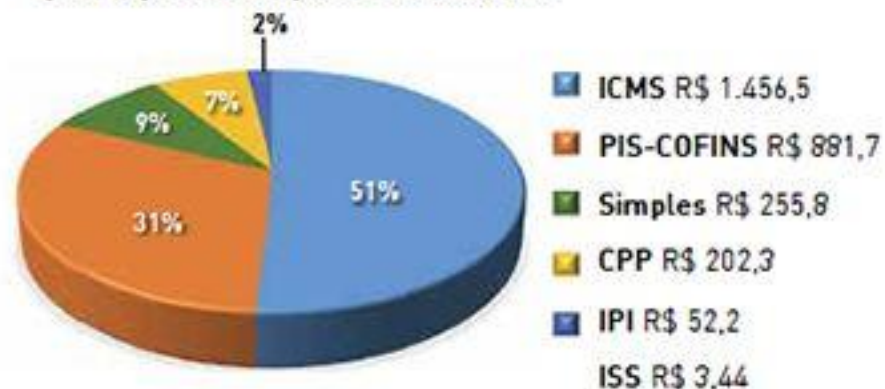
Panorama sobre a tributação dos serviços de reciclagem

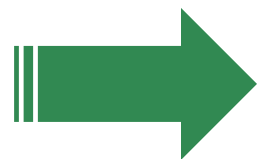
- Demanda de uma política séria de **incentivos tributários para a reciclagem de materiais**

Distribuição da tributação, segundo as atividades



Distribuição da tributação, por tipo de imposto (em milhões)





Algumas soluções em curso

- Alguns entes Federativos lançaram mão de **PPPs**
- **MG:** exploração, mediante concessão administrativa, dos serviços de transbordo, tratamento e disposição final de Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios convenientes da Região Metropolitana De Belo Horizonte e Colar Metropolitano. O contrato firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU e a Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A – EMTR, assinado em 3 de Julho de 2014, tem duração prevista de 30 anos. Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/consulta-ppp-lixo/2800>
- **Curitiba:** modelo de coleta e transporte de resíduos sólidos na cidade cujo modelo adota um mecanismo de pagamento à empresa contratada baseado em desempenho – o que aumentará consideravelmente a eficácia do serviço, já que a empresa terá descontos por falhas de performance e será bonificada por alcançar maiores taxas de reciclagem. Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/consulta-ppp-lixo/2800>

ROGÉRIO MENEZES

Presidente Nacional da ANAMMA
Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável de Campinas



Site:

<http://www.anamma.org.br>

Email:

contato@anamma.org.br

Facebook:

[facebook.com/anamma.brasil](https://www.facebook.com/anamma.brasil)

Telefone:

19 2116-0380